O estado de Sergipe já fez. No ano passado, o estado de Alagoas fez também a revogação do confisco. A lei foi aprovada na Assembleia Legislativa, e o estado de Alagoas tem o mesmo orçamento, é muito próximo de 12 bilhões também de reais. O estado do Ceará, que tem um orçamento de 28 milhões de reais, nunca confiscou. Fez uma reforma da Previdência, mas não confiscou os aposentados e pensionistas.

Estou dizendo isso para ver como São Paulo é cruel com seus aposentados e pensionistas, deputada Edna Macedo. Que crueldade, que perversidade é essa? Agora nós temos, para terminar, Sra. Presidente, a chance histórica de aprovar o PDL 22, que já está pronto para ser votado.

Não precisa passar por nenhuma comissão nem congresso de comissões, já está em regime de urgência. Nem precisa aprovar a urgência, porque ele está em urgência desde 2020, quando entrou no plenário.

A gente só precisa de 48 deputados presentes, deputados e deputadas presentes, e, desses 48, deputado Mecca, só 25 votos. Não é possível, está fácil de aprovar o projeto: 25 deputados podem acabar com o confisco das aposentadorias e pensões, desde que o presidente da Assembleia Legislativa faça a convocação, coloque na pauta.

É simples assim, e que o Rodrigo/Doria autorize, porque quem manda aqui na Presidência, quem manda na Assembleia Legislativa é o Rodrigo/Doria, é o Palácio dos Bandeirantes.

Então faço mais um apelo aqui para que amanhã a gente possa incluir esse projeto na pauta do dia e votar, seguindo o exemplo de Sergipe e de Alagoas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, Sra. Presidente, para uma comunicação.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. MAJOR MECCA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado. Deputado Giannazi, só para o senhor ter uma ideia, o estado de São Paulo tem quatro vezes mais o orçamento do estado do Sergipe nos cofres, sobrando, guardado lá. Mais de 50 bi de superávit no estado de São Paulo, e o governador insiste nesse confisco dos aposentados e das pensionistas no estado de São Paulo.

Eu sou funcionário público há 34 anos, policial militar. Nós sabemos o sacrifício que esses aposentados e pensionistas estão fazendo para sobreviver.

Nós temos que diariamente fazer vaquinhas, comprar cesta básica, remédios para dar suporte a esses policiais, professores e vários segmentos de funcionários públicos que a vida inteira, no estado de São Paulo, trabalharam tirando dinheiro do bolso para comprar papel sulfite, para comprar tinta para impressora, porque o estado nunca permitiu que o dinheiro dos nossos impostos chegasse à ponta da linha.

E nós sabemos aonde vai parar dinheiro, porque, se não chega à ponta da linha em retorno de prestação de serviço para o cidadão, é porque se esvai no ralo da corrupção, em contratos superfaturados que nós sabemos e já denunciamos que existem no governo do estado de São Paulo. E daí por diante esses absurdos, sem ao menos serem fiscalizados e investigados por esta Assembleia Legislativa.

Os deputados têm a missão constitucional de fiscalizar, mas, como o senhor disse, esta Casa é altamente emparelhada. Quem manda aqui é o governador, é o PSDB que determina tudo como acontece aqui dentro, e o povo morrendo à míngua nas ruas do nosso Estado, infelizmente.

Mas nós não vamos abandonar esta trincheira, deputado Giannazi, e nós vamos trabalhar para que o PDL 22 e outros projetos de lei em favor do povo sejam aprovados nesta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Com a palavra o nobre deputado Maurici.

O SR. MAURICI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero prosseguir a minha fala falando ainda sobre Franco da Rocha, mas falando sobre o Hospital do Juqueri. O antigo Hospital do Juqueri é uma área de 1.400 alqueires de terra onde, durante mais de 100 anos, funcionou um hospital psiquiátrico.

Hoje não tem mais o hospital psiquiátrico. Hoje tem um parque estadual importante, a única reserva de cerrado aqui na área da grande São Paulo, que ano passado sofreu lamentavelmente um incêndio.

Tem uma área no município de Caieiras, pequena, e uma área no município de Franco da Rocha que serve de habitação, e tem um conjunto arquitetônico de meados do século XIX, final do século XIX, de concepção e autoria do arquiteto Ramos de Azevedo, que está um tanto abandonado, uma parte sofreu um incêndio também, e que a Prefeitura de Franco da Rocha tem feito um esforço para restaurar aqueles edifícios, porque entende que, assim como o parque é uma reserva biológica, é um patrimônio do nosso município, também entende que esse conjunto arquitetônico é um patrimônio que precisa ser restaurado.

Já existe lá o Museu Osório César, que reúne milhares de peças de arteterapia. Tem uma coleção muito importante, que já viajou muito o mundo inteiro, e que eu convido os senhores e senhoras a visitarem um dia.

A Prefeitura já conseguiu a cessão, por parte do Estado, de alguns dos prédios. Já está restaurando um, onde deve funcionar a Secretaria de Educação, e vai começar o restauro de outros dois, onde deve funcionar o Paço Municipal e devem funcionar outras secretarias da Prefeitura Municipal.

É um trabalho importante, um exercício que a Prefeitura vem fazendo, e que o município espera que aquela área seja uma redenção do ponto de vista cultural, que ali possa ser instalada uma universidade, um Instituto Técnico Federal, que possa ser uma área de pesquisa, para desenvolver uma cadeia de pesquisa e de produção na área de farmacêutica e química. Enfim, que possa significar empregos e geração de renda para o município.

É o caso do Juqueri, e é o caso da Fazenda São Roque. A Fazenda São Roque tem que ceder um pedaço da área dela - não grande, pequeno - para a duplicação da Rodovia Tancredo Neves e da Máximo Zambotto, porque é fundamental para o tráfego na região, e as prefeituras do entorno estão muito empenhadas nisso.

No caso da Fazenda São Roque, vários deputados e deputadas, como disse a deputada Janaina Paschoal, são solidários a meu pleito, e eu queria pedir encarecidamente a eles que se juntassem mesmo, de verdade. Nós precisamos, de um lado, ou abrir com o estado a negociação para isso, ou fazer o estado dizer claramente o que quer fazer com aqueles funcionários, para que eles possam então defender os seus direitos.

Agora, eu não vou entrar aqui no mérito da questão de tratamento de Saúde, deputada Janaina, se ele deve ser feito de forma compulsória ou não. Eu tenho a minha vida, grande parte dela ligada à luta antimanicomial. Então, não é uma coisa que eu acredite, mas eu não sou do ramo, eu não tenho muito conhecimento para opinar sobre isso.

Agora, o que eu acho é o seguinte. Tem um corredor de logística sendo criado naquela região. Ele depende da duplicação das duas rodovias. Ele pode significar, nos próximos 20 anos, a abertura de 15, 20 mil oportunidades de emprego para cidades como Francisco Morato, que não têm mais um metro quadrado para a construção ou implantação de indústrias ou de qualquer atividade econômica que signifique geração de renda para aquela cidade.

Ela pode significar a redenção de municípios pobres. Sub-Região Norte da Grande São Paulo, a mais pobre da região metropolitana. Então, nós temos que pensar se aqueles moradores dessas cidades... A deputada Janaina, por exemplo, teve mais de 60 mil votos naquela região. Ela sabe bem a importância que tem, e o quanto ela é querida ali.

O que eu lhe peço, deputada, à senhora e a todos os demais? Que nos ajudem, discutindo com a população de Franco da Rocha, Morato, Caieiras, Campo Limpo, Várzea, Cajamar, Jundiaí, Jarinu, se é isso que eles querem daquela área.

Se eles querem trocar a possibilidade de criação de 20 mil empregos, pela internação compulsória das pessoas, que estão incomodando as pessoas de bem aqui na Capital, porque o estado não é capaz de oferecer a elas políticas públicas para resolver a questão, porque o estado trata aquilo como um simples caso de Polícia, e não é caso de Polícia.

É também, porque tráfico de drogas é caso de Polícia, e criminalidade é caso de Polícia, mas milhares de pessoas dependentes de drogas não é caso de Polícia. Pessoalmente, nem acho que seja caso de internação compulsória.

No caso do Juqueri, mesma coisa. Aliás, mais ainda. Franco da Rocha tem uma população de dez mil encarcerados, entre dez e onze mil pessoas encarceradas. Outro dia, teve um deslizamento de terra lá. Morreram 20 pessoas. Até agora, o governo do estado, ou o governo federal, não colocaram um único real para resolver aquela situação, para ajudar a minimizar o sofrimento daquelas pessoas e das outras que ainda estão sob risco.

Não sei quantos deputados e deputadas encaminharam emendas voluntárias ou impositivas para ajudar as prefeituras do entorno a lidarem com a situação. Será que a única coisa que a gente consegue imaginar é colocar mais população encarcerada - porque é disso que se trata - nas regiões que podem significar a redenção econômica e social daqueles municípios?

O Coronel Telhada, por exemplo, teve lá 3.500 votos. Ele conhece muito bem a região. Temos muitos amigos comuns ali, mas ele não pode dizer aqui que tem que colocar o pessoal da cracolândia no antigo manicômio judiciário. Ele sabe muito bem que ali é uma instituição penal de regime semiaberto. É vestir um santo para desvestir o outro.

Outro dia, ele próprio e outros deputados ficaram muito bravos com o presidente Lula, que pediu que as pessoas fossem até as casas deles - do deputado, da deputada - para cobrar uma posição.

Como é que os 200 mil habitantes de Franco da Rocha devem reagir quando a gente sugere aqui que se mande para lá 30 mil pacientes de saúde mental, em um lugar que pode significar a redenção, a geração de trabalho e renda para eles? Devem também empunhar revólver, gravar vídeos e colocar na internet? Não.

Então, para encerrar, Sra. Presidenta, eu peço o apoio, mas o apoio efetivo dos deputados e deputadas, daqueles que, como nós - Major Mecca, deputado Giannazi, deputada Janaina -, são de oposição a esse governo que está aí.

E peço também a solidariedade daqueles que são a favor, daqueles que vivem pendurados no governador Rodrigo Garcia em cada inauguração que existe e que poderiam falar no ouvido dele: "Olha, tem uma situação fácil de resolver, dentro da lei. Para que criar mais desgaste para o governo?" Enfim, se cada um de nós nos limitarmos a nos informarmos melhor sobre cada situação antes de nos pronunciarmos, ajuda muito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Vossa Excelência permite uma comunicação?

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Deputada.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - PARA COMUNICAÇÃO - Deputado Maurici, nós poderíamos, haja vista que V. Exa. disse e me parece muito interessante, talvez organizar uma audiência pública, seja presencial lá na região, seja presencial aqui, seja virtual, para ouvir a população, porque todas as pessoas que me escreveram falam no sentido de manter a instituição para a finalidade de tratamento de saúde. Eu realmente estava com esse olhar, mas nada impede que nós possamos debater.

No início do mandato, havia vários caminhos para a questão do Minhocão. Eu tinha uma opinião, mas havia grupos com outras opiniões. Eu fiz uma audiência pública aqui, foi muito interessante. Se V. Exa. entender cabível, poderíamos fazer esse diálogo. Acho que é saudável, é justo.

O SR. MAURICI - PT - A Sra. Presidenta me permite uma comunicação?

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Estamos terminando o Pequeno Expediente, mas tem V. Exa. a palavra.

O SR. MAURICI - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu agradeço mais uma vez a sua iniciativa, deputada. Acho muito razoável que a gente o faça. Eu, de minha parte, estou tentando negociar, nos escalões intermediários do governo do estado, uma situação fácil de resolver. As prefeituras têm interesse em absorver essa mão de obra. É muito simples resolver, são todos estatutários, não têm os impedimentos da lei de CLT.

Com relação à área, eu acho que pode ser debatido, sim, mas estamos no final do governo. Acho que, quando a senhora se tornar senadora, se Deus quiser e o povo assim desejar, e eu, o Major Mecca, o deputado Mellão e o deputado Giannazi nos tornarmos deputados estaduais novamente - e a Sra. Presidenta também -, nós poderemos discutir sobre isso. Vou ficar muito feliz.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Esta Presidência também está disposta, deputado Maurici, a apoiá-lo nessa luta junto com a deputada Janaina. Agora vamos passar aos oradores do Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Oradores inscritos para o Grande Expediente: com a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Com a palavra, nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Nobre deputado Castello Branco. (Pausa.) Nobre deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Nobre deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Nobre deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Nobre deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Nobre deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.)

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Pela ordem. Com a palavra o deputado Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Gostaria de falar pelo Art. 82.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - É regimental. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - PELO ART. 82 - Srs. Deputados, Sras. Deputadas aqui presentes, servidores da Casa, eu gostaria de compartilhar com vocês uma - eu diria - denúncia que chegou até mim, que, aliás, me surpreendeu muito positivamente pelo engajamento daqueles que me enviaram, que foram os próprios alunos de uma escola estadual que me marcaram pelo Instagram e houve uma mobilização muito grande ali que eu achei muito bacana.

Iniciativas como essa são iniciativas de cidadania. Os alunos tomando a consciência de que a sua escola estava num estado extremamente precário, que, segundo eles, não recebia verbas do Estado desde 2015, fizeram um apelo, inclusive compartilharam imagens, me procuraram; vários mandaram mensagens individuais para mim.

São os alunos da Escola Sebastião Oliveira Gusmão, que fica no bairro do Morro Doce, lá no distrito Anhanguera, zona oeste de São Paulo. Melhor do que eu falar qual é a condição da escola é mostrar um vídeo de uma aluna de lá, ela mesmo mostrando. Fizeram um Instagram e estão inclusive convocando uma manifestação para o dia 17 de junho, às 7 horas da manhã, ali na frente.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Deu para perceber no próprio depoimento da aluna da escola a situação precária que ali se encontra.

Eu me comprometi e até, deputado Giannazi, que eu sei que é bastante atuante, apesar de sermos de vertentes diferenciadas, mas vejo você bastante atuante aqui nas denúncias sobre escolas que estão em situação precária, entre outros deputados que estão aqui também, se quiserem se engajar nessa pauta eu acho que é uma participação muito importante que nós poderíamos ter aqui no sentido de conversar com a Secretaria de Educação.

E aí eu me permito, peço um favor, Sra. Presidente, se puder encaminhar as notas taquigráficas deste discurso para a Diretoria de Ensino Norte 1 do Estado de São Paulo.

Eu não consegui saber aqui qual o nome do diretor ou diretora responsável. Já estou enviando um requerimento de informações também e me comprometi com os alunos de lá visitar pessoalmente para ver a situação da escola, possivelmente ainda esta semana.

Então gostaria de deixar este registro. Fazer esse apelo também ao secretário da Educação que está entrando agora, a toda a secretaria envolvida aí diretamente com essa escola, para poder nos responder o que está acontecendo lá, sendo que foi aprovado o projeto aqui que destinou recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação justamente para a reforma, obras referentes a essas escolas.

Eu não entendi por que lá está nessa situação precária ainda, já que anunciaram que a partir de agora essas escolas teriam recursos mais do que suficientes para poder fazer essas reformas necessárias.

Então eu gostaria de ter informações, estou compartilhando aqui a situação, e pretendo avançar muito mais no sentido de encontrar uma solução que seja melhor para todos ali, e que os alunos possam ter o ambiente adequado para aprender, com um mínimo de estrutura, com banheiros funcionando, com salas de aula com as janelas arrumadas, e não daquele jeito ali, quebradas, ainda mais agora no inverno, imaginem a tortura que deve ser ter aula em um ambiente daqueles.

Então fica aqui o meu registro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Por nada, deputado. A sua palavra será encaminha à Diretoria de Ensino Norte 1, está bom?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - É regimental. Pois não.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de volta à tribuna hoje, quero me associar à denúncia feita pelo deputado Mellão, Ricardo Mellão, que é grave.

Agora, deputado Mellão, essa é a realidade de uma boa parte das escolas da rede estadual. O resto é só propaganda: PEI, novo ensino médio, nova carreira, isso é tudo mentira, isso é uma verdadeira farsa. Essa é a realidade da rede estadual, que V. Exa. acabou de denunciar, exatamente neste momento. Tem todo o nosso apoio.

Tem que acionar a FDE e a Secretaria de Educação, o secretário de Educação e o Ministério Público também, porque é negligência da Secretaria da Educação deixar uma escola abandonada dessa maneira. Parabéns pela denúncia que V. Exa. trouxe à tribuna.

Gostaria, Sra. Presidente Edna Macedo, de também fazer uma denúncia gravíssima aqui.

O governo estadual, além de ter extinguido a Sucen, a Superintendência de Combate às Endemias do Estado de São Paulo, fez isso em plena pandemia, no auge da pandemia, no PL nº 529, essa superintendência importante e estratégica no combate às endemias do nosso estado foi literalmente extinta pelo ex-governador Doria/Rodrigo Garcia. O governo extinguiu a Sucen, que combate a dengue, a malária, e tantas outras doenças aqui no estado de São Paulo.

Não bastasse isso, que já é grave, até porque nós estamos tendo uma nova epidemia de dengue no estado de São Paulo, tem muita gente com dengue, não tem mais Sucen para combater.

Deputada Edna Macedo, quem vai combater a dengue agora, se o Doria acabou com a Sucen? A população vai morrer de dengue, porque não há mais quem faça esse trabalho. Os servidores foram deslocados para outros setores. E agora, esses servidores, que são servidores de carreira, não estão recebendo.

Hoje nós recebemos várias denúncias desses servidores dizendo que hoje seria o dia de pagamento. E eles, ou não receberam, ou receberam pela metade. Eu sei que está a maior confusão, uma confusão muito grande nessa questão do pagamento, e as pessoas têm dívidas para pagar, têm a sobrevivência e não estão recebendo, ou estão recebendo de forma irregular.

Dezenas e dezenas de pessoas da antiga Sucen estão passando necessidade porque o governo não está pagando corretamente os seus salários. Mas é grave essa situação, porque como pode extinguir a Sucen, que combate tantas endemias no estado de São Paulo? Então está aí.

Se você, telespectador, pegou dengue, a culpa é do Doria, é do Rodrigo Garcia, porque eles extinguiram a Sucen, que tinha esse papel em todo o estado de São Paulo, de combater. Agora nós não temos mais a Sucen. Os seus funcionários não estão nem recebendo, foram deslocados para outros setores, um verdadeiro absurdo.

Então, gostaria que o governo tomasse providências imediatas em relação ao pagamento dos servidores e também nós queremos de volta a Sucen. É por isso que nós já questionamos na Justiça o PL 529, deputada Edna Macedo.

E também aproveito a oportunidade para manifestar a nossa indignação com o que está acontecendo nas escolas, em geral, no estado de São Paulo. A gente sabe que a pandemia está aí, mais de 100 pessoas continuam morrendo no Brasil.

O governo federal lavou as mãos em relação à vacinação. Aliás nunca se empenhou em promover a vacinação, e agora a pandemia está forte de novo, as pessoas estão se contaminando o tempo todo em vários lugares, aqui na Assembleia Legislativa, inclusive, no Tribunal de Contas, em todos os lugares. Mas nas escolas, o tempo todo centenas de crianças contaminadas, professores.

O que mais me assusta, deputada Edna Macedo, é que não tem protocolo, não tem nada, nós estamos à deriva, não tem nenhuma orientação. Não tem protocolo nas escolas, as pessoas continuam, muitas delas indo mesmo contaminadas nas escolas, um absurdo.

E eu vi aqui que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo publicou um ato, o Ato/GP nº 10, de 2022, obrigando o uso de máscaras dentro do Tribunal de Contas e apresentação do comprovante de vacinação.

Isso é importante, quero saudar essa decisão. Agora, o Tribunal de Contas tem que também orientar os outros órgãos, e sobretudo as escolas, que façam o mesmo, porque não tem nem esse protocolo nas escolas, e obrigatoriedade do uso de máscaras só recomendável. E os nossos professores estão sendo contaminados, os nossos alunos, e nada é feito, há uma omissão criminosa do Poder Público em relação a isso.

Nós estamos também preparando já uma representação no MP para que providências sejam tomadas, e que sigam o exemplo logicamente aqui do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

E, por fim, nós temos que ter políticas públicas de incentivo à vacinação, porque não vejo mais incentivo à vacinação. A vacina salva; se nós estamos aqui hoje, é por conta da vacina.

Não é pela cloroquina, pelas posições dos negacionistas, que ficam ainda defendendo a não obrigatoriedade da vacina. A vacina é o que está nos mantendo vivos hoje. Se nós saímos de uma certa crise, vivendo hoje, é por conta da vacinação.

Então, o governo tem que ter uma política mais enérgica de vacinação, de promoção da vacinação. Eu vi, deputada Edna Macedo, que agora vão vender vacina em farmácia, ou seja, o governo começa a lavar as mãos e a privatizar a vacina, dizendo "quem quiser que compre na farmácia a vacina." Olha que absurdo. O governo tem obrigação de manter uma vacinação constante de toda a nossa população.

Era isso, Sra. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - É regimental.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V.Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 13 minutos.

* * *

7 DE JUNHO DE 2022
53ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDNA MACEDO e MAJOR MECCA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - EDNA MACEDO
Assume a Presidência e abre a sessão. Cumprimenta os alunos presentes na Casa.
2 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
5 - LECI BRANDÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - MAURICI
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - MAURICI
Para comunicação, faz pronunciamento.
9 - CORONEL TELHADA
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - CORONEL TELHADA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
11 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Comenta a situação da Cracolândia. Defere o pedido do deputado Coronel Telhada e convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 16h30min. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Edna Macedo.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Antes de chamar os oradores inscritos, eu gostaria de saudar os alunos da Escola Municipal de Educação Fundamental Professor Jorge Americano, do bairro Chácara Santa Maria, Capão Redondo, cidade de São Paulo. Sejam todos muito bem-vindos. A Casa é de vocês.

Passemos aos oradores inscritos no Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Castello Branco. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Major Mecca. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela TV Alesp, alunos da Escola Municipal lá de Capão Redondo. Deixem colocar meus óculos, deixem eu ver se consigo ver o que está escrito. Nossa, estes meus óculos são para perto... O que está escrito? (Vozes fora do microfone.)

Isso tem todo o nosso apoio. Realmente, o que o Governo do Estado de São Paulo fez em relação às alíquotas previdenciárias foi um confisco, foi um roubo, e tem o nosso apoio aqui nessa Casa Legislativa. Eu já fiz uma manifestação aqui da tribuna recentemente, como nós sempre fazemos.

A Assembleia Legislativa é a Casa do povo. Quando o povo clama por alterações, modificações na legislação, nós temos que ouvir esse clamor da população do estado de São Paulo.

No caso em tela, as faixas estão abertas aqui na galeria da Assembleia Legislativa em relação ao decreto do Sr. João Agripino Doria, que elevou a alíquota previdenciária dos aposentados, dos funcionários públicos do estado de São Paulo.

Durante a pandemia, nós acompanhamos panos brancos nas sacadas dos apartamentos, agradecendo aos enfermeiros, aos técnicos de enfermagem, aos médicos, aos policiais, que não fizeram home office e permaneceram na linha de frente, defendendo a população de São Paulo. Nós precisamos agora materializar esse agradecimento, essa valorização e reconhecimento a esses profissionais através de leis aqui nesta Casa.

Infelizmente, hoje a lei previdenciária prejudica os nossos aposentados, aquelas pessoas que prestaram um bom serviço ao povo do estado de São Paulo e hoje mal recebem para comprar seus remédios, mal recebem para ter o seu sustento e daqueles que estão em seus lares. Nós precisamos fazer justiça a essas pessoas aqui no plenário da Assembleia Legislativa, trazendo ao plenário a votação do PDL 22.

Fica aqui o nosso apelo ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Carlão Pignatari. Presidente, traga a esse plenário a apreciação e votação dos deputados desta Casa conforme a vontade do povo do nosso Estado: a votação do PDL 22.

Uma das dificuldades, meus jovens que estão aqui nesta galeria, que nós temos no estado de São Paulo hoje, é a vontade política, que nós não encontramos, em ajudar as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Não há vontade política em se atender o clamor dessas pessoas. Pergunte a esses jovens lá no Campo Limpo, extremo Sul da cidade de São Paulo, do Capão Redondo, do Jardim Ângela, lá na Zona Leste, no Jardim Robru, lá na Zona Norte, no Jardim Damasceno, lá na Zona Oeste, no Jardim Helena. Porque eu conheço a periferia de São Paulo, que sempre foi abandonada pelo serviço público.

Pergunte se há um centro esportivo, cultural, que abra um espaço, deputada Leci, para que o jovem conheça a cultura, a